Fabio Ribas Chaddad

Mestrando do PPGA/FEA/USP e Pesquisador do PENSA

INTRODUÇÃO

As denominações de origem controlada (DOC) são uma modalidade de propriedade intelectual, assim como as patentes, marcas registradas e direitos autorais. Contudo, são menos conhecidas e utilizadas como forma de proteção aos produtos gerados pela atividade inovadora de agentes privados. "Porto", "Champagne", "Havana", "Parmigiano" e "Bordeaux" são exemplos de denominações de origem controlada conhecidas em todo o mundo. A proteção internacional das apelações de origem foi instituída pelo Acordo de Lisboa, datado de 1958 e assinado por 17 países¹, exclusive o Brasil. O referido acordo define denominações de origem controlada como:

"o nome geográfico de um país, região ou localidade que serve para designar um produto nele originado, cuja qualidade e características devem-se exclusivamente ou essencialmente ao ambiente geográfico, incluindo-se fatores humanos e naturais".

Ficou definido nesse acordo que toda apelação de origem² deve ser registrada no Bureau Internacional da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) para ser protegida internacionalmente. O Artigo 5(1) e suas provisões fazem um detalhamento de como um país deve proceder para o registro internacional de suas DOC. Até setembro de 1991, 727 DOC foram registradas na OMPI em concordância com o Acordo de Lisboa.

A proteção das DOC, iniciada a partir do Acordo de Lisboa, significa proteger contra o uso de indicações geográficas para produtos não originados na região indicada pelo rótulo. Há duas razões principais para tal proteção: os consumidores devem ser protegidos contra práticas enganosas e tomou-se costume o uso de indicações de origem como nome de um produto qualquer (Bauemer, 1991).

1 Argélia, Bulgária, Burkina Faso, Congo, Cuba, Tchecoslováquia, França, Gabão, Haiti, Hungria, Israel, Itália, México, Portugal, Togo e Tunísia.

2 Os termos "denominação de origem controlada", "apelação de origem", "indicação geográfica" e "indicação de procedência" serão utilizados como sinônimos nesse artigo.

Acredita-se, portanto, que a denominação de origem deve ser considerada como um sinal de distinção de um produto, sendo que seu uso é reservado às empresas localizadas na área geográfica a que a indicação se refere. Constitui-se, conseqüentemente, em um direito de propriedade intelectual, pois as empresas localizadas na região da indicação de origem possuem o direito de excluir terceiros do uso da DOC.

Tipicamente, as denominações de origem são usadas em produtos de alta qualidade e prestígio. Devido à estreita ligação entre o produto e sua região de origem, ele adquire um caráter único e inimitável, pois as condições de clima e solo da região de origem conferem atributos intrínsecos ao produto nela originado. De fato, os consumidores de tais produtos reconhecem sua qualidade superior e caráter único e estão dispostos a pagar um preço prêmio, o qual deve cobrir o alto custo de produção, mais os custos de transação³, associados às denominações de origem.

O problema que emerge no caso das denominações de origem controlada, é um típico caso de *free-rider*, quando um produto contém em seu rótulo uma falsa indicação de procedência⁴. As organizações sérias que se utilizam de uma DOC para diferenciar seus produtos são claramente lesadas em relação a seu direito de propriedade privado, além de os consumidores ficarem expostos ao oportunismo⁵ de empresas inidôneas, pois não têm certeza acerca da origem do produto que estão consumindo. Trata-se, pois, de uma típica situação de assimetria de informação.

3 Definido por Oliver Williamson (1985) como custos a esboçar, negociar e salvaguardar um acordo (custos *ex-ante*) mais os custos de não adaptação, governança e *enforcement* (*ex-post*)

4 Um caso recentemente divulgado pela imprensa se refere à apelação de origem "Champagne". O governo francês através do Institut National des Appellations d'Origine (INAO), conseguiu que somente vinho espumante produzido na região da Champagne levasse em seu rótulo a denominação "Champagne". Produtores de todo mundo tiveram de mudar o rótulo de seus vinhos espumantes. Ver jornal Gazeta Mercantil (21/02/95)

5 Pressuposto comportamental utilizado pela Nova Economia das Instituições e definido por Williamson (1985, op. Cit.) como "procura do auto interesse com astúcia".

A solução para tal problema é a adoção de uma lei de propriedade intelectual que garanta os direitos de propriedade dos agentes econômicos em relação a seus produtos, com denominações de origem controlada e que salvguarde os consumidores contra produtos de falsas procedências.

O país com maior tradição relação às DOC é a França. Nesse país, as apelações de origem adquiriram uma expressiva importância sociológica, cultural e econômica, sendo consideradas parte do patrimônio nacional. A experiência francesa nessa matéria remonta ao século XVII, quando surgiu a primeira apelação de origem - *Châteauneuf-du-Pape*. Mas, somente em 1935, foi aprovado o sistema jurídico de *Appellation d'Origine Contrôlée* (AOC) e a criado o Instituto Nacional das Apelações de Origem (INAO), organismo estatal sob a tutela dos Ministérios de Agricultura e Economia que regulamenta as ações de organizações que utilizam DOC.

Atualmente, o eficiente ambiente institucional francês serve de apoio a todas as iniciativas privadas, sendo que há 405 apelações de origem registradas e protegidas sob esse sistema de proteção legal. A noção de AOC encontrou sua máxima expressão no âmbito de vinhos e aguardentes, mas, a partir de 1990, a INAO passou também a registrar AOC para queijos.

Os produtos franceses com AOC são ricos pela experiência do passado, são únicos devido a sua estreita relação com suas regiões de origem e, por isso, alcançaram grande reputação e sucesso comercial no mercado internacional. O setor de AOC possui uma enorme importância econômica para o país, ocupando o primeiro posto nos excedentes da balança comercial francesa, com o equivalente a US\$ 6 bilhões ao ano⁶. o sistema francês de AOC compreende cerca de 90 mil produtores rurais e 5 mil empresas, geram 120 mil empregos e representam 1% do PIB francês.

No Brasil, a primeira iniciativa do gênero foi do CACCER. Em maio de 1993, foi criado o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CACCER), sediado na cidade de Patrocínio, no Estado de Minas Gerais.

O CACCER surgiu com a finalidade básica de promover o trabalho em conjunto entre as oito associações⁷ de produtores de café que atuam nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto da Paranaíba. Compreende cerca de 3.500 produtores rurais, 160 mil

hectares plantados com pés de café e uma produção da ordem de 2.400.000 sacas de café em 1993, o equivalente a 12% da produção brasileira.

A criação do conselho permitiu a demarcação de uma região de origem, a qual produz café de alta qualidade, e o lançamento de uma marca⁸ para o produto, o "CAFÉ DO CERRADO". A estratégia adotada pelo CACCER é de diferenciação, da *commodity* café, através da padronização do produto e a criação de uma marca com selo de qualidade garantida e certificado de origem.

O CACCER desempenha o papel de representação única de todos os produtores da região, garantindo a qualidade dos serviços, a padronização do produto e o controle dos estoques. Também estabelece as cotas dos produtores, cuida do armazenamento, embarque, transporte e embalagem do produto, além de fazer convênios e o marketing comercial e institucional do "Café do Cerrado".

Foi o concurso de qualidade do café, promovido pela empresa italiana de café expresso Illycaffè, que despertou na região o interesse para essa iniciativa. A Illycaffè produz um café expresso de excelente qualidade e compra sua matéria-prima dos produtores que apresentarem um adequado nível de qualidade no referido concurso, pagando um preço 35% acima do mercado internacional.

No concurso realizado em 1993, dos dez premiados, nove eram produtores do cerrado mineiro, inclusive o vencedor do concurso. Em 1994, novamente o vencedor foi um produto da região do cerrado⁹.

Segundo o presidente do CACCER, Sr. Aguinaldo José de Lima, a qualidade do produto deve ser divulgada e aproveitada como vantagem competitiva: "Se Deus beneficiou nossa região, não podemos jogar isso fora"¹⁰.

Portanto, parece haver uma clara ligação entre as características edafoclimáticas da região e a qualidade do produto, o que estaria de acordo com a definição de denominação de origem controlada estabelecida pelo Acordo de Lisboa. A questão que emerge é que devido à falta de uma legislação brasileira que salvguarde direitos de propriedade de uma DOC, o CACCER não se utiliza dessa estratégia como forma de diferenciar seu produto no mercado.

8 O Caccer está usando uma marca registrada devido a falta de uma legislação sobre o DOC no Brasil.

9 Jornal Gazeta Mercantil, 06 de Dezembro de 1994.

10 De acordo com entrevista concedida a Marcos Fava Neves, durante a preparação do Estudo de Caso Illycaffè - Coordenação em Busca da Qualidade (EC.004.93) apresentado no III Seminário Internacional de Agribusiness realizado pelo PENZA/FIA/FEA/USP.

Foi a partir dessa questão que iniciei minhas pesquisas sobre denominações de origem controlada e surgiu meu interesse em desenvolver minha dissertação de mestrado sobre esse tema.

O presente artigo tem como objetivo a apresentação de forma sucinta de meu projeto de pesquisa. Após essa introdução acerca da definição e problemas relacionados às denominações de origem controlada, segue uma justificativa para a escolha do tema e aspectos relacionados ao projeto de pesquisa propriamente dito.

JUSTIFICATIVAS E IMPORTÂNCIA DO TEMA ESCOLHIDO

O agribusines brasileiro é responsável por cerca de 35% PIB nacional e 37% das exportações brasileiras para o exterior. Durante a década de 80, por muitos considerada a "década perdida", a produção agrícola cresceu cerca de 3% ao ano (Homem de Mello, 1993), principalmente devido a ganhos de produtividade.

Produtos do agribusines brasileiro, como o suco de laranja, soja e derivados, café e a carne de frango mostram-se competitivos no mercado internacional, mesmo tendo que enfrentar barreiras tarifárias e não-tarifárias nos países destino e subsídios dos competidores internacionais.

Inegavelmente, um dos setores da economia no qual o Brasil apresenta maiores vantagens comparativas e competitivas é o agribusines.

Atualmente, o agribusines está baseado em dois grandes grupos de negócios. O primeiro, conhecido como agribusines de *commodities*, é aquele onde as matérias-primas agropecuárias constituem insumos para o processamento industrial de produtos alimentares básicos. As *commodities* agrícolas são produtos indiferenciados, atendendo a mercados de massa.

Destarte, as estratégias dos negócios agroindustriais de *commodities* são fundamentalmente de liderança de custo. Uma vez que a concorrência se dá basicamente via preço, as economias de escala e escopo, além da produtividade, eficiência e logística de distribuição, determinam a posição competitiva de um agronegócio.

Por outro lado, há o agribusines de especialidades, que trabalha com produtos diferenciados e com alto valor agregado, com menor volume de produção e atendendo a nichos de mercado. A estratégia competitiva comumente adotada é a diferenciação, onde a qualidade, inovação e atributos do produto são fatores críticos de sucesso no mercado, além do preço¹¹.

Ademais, o alto valor e qualidade das especialidades devem ser comunicadas e percebidas pelos consumidores, a fim de que o produtor possa cobrar um preço-prêmio.

Ordoñez (1993) apontou as denominações de origem controlada como o instrumento de propriedade intelectual e os certificados de qualidade como instrumentos mais eficazes para facilitar a percepção da qualidade implícita de produtos de origem agropecuária. Especificamente, apontou as denominações de origem controlada como o instrumento de propriedade intelectual apropriado para as especialidades do agribusines. Isso porque a própria definição de DOC pressupõe uma ligação entre a qualidade do produto e sua região de origem.

As indicações de procedência, portanto, seriam um importante mecanismo à disposição das organizações que desejam adotar uma estratégia competitiva de diferenciação de seus produtos de origem agropecuária. Elas permitem melhorar e controlar a qualidade dos alimentos, agregar valor ao sistema agroindustrial, aumentar a renda dos produtores rurais e inseri-los no mercado mundial através do fortalecimento das vantagens competitivas de suas especialidades. O exemplo francês mostrou isso ao mundo.

Além de ser um importante mecanismo para a estratégia de empresas agroindustriais, as denominações de origem controlada também poderiam ser usadas para produtos que não se enquadram no contexto do agribusines.

A definição de denominação de origem controlada, segundo o Acordo de Lisboa, estabelece que pode haver uma ligação entre atributos de qualidade do produto e a região de origem devido a fatores humanos. Portanto, não só o agribusines teria a ganhar com a proteção adequada das DOC, mas também produtos manufaturados, cuja qualidade depende de processos produtivos essencialmente artesanais. O relógio suíço, os cristais da Boêmia e o charuto cubano são exemplos de tal fato.

A falta de literatura sobre o assunto em nosso país também motivou esse estudo sobre as denominações de origem controlada. Acredito que empresas nacionais, principalmente aquelas atuando no agribusines, teriam muito a ganhar em competitividade a nível internacional se adotassem uma estratégia competitiva de diferenciação de seus produtos utilizando-se de indicação de origem.

Talvez não utilizam esse poderoso instrumento estratégico de diferenciação seus produtos por falta de conhecimento acumulado e de especialistas na área.

De qualquer forma, acredito estar desenvolvendo um tema de grande importância econômica, que ainda não foi estudado e que apresenta um grande potencial de aplicação no Brasil.

11 Características de uma competição schumpeteriana, tal qual descrita no trabalho de Best (1990).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Dado o objeto de estudo - as denominações de origem controlada - a pesquisa que pretendo realizar pode ser caracterizada como interdisciplinar, envolvendo propriedade intelectual (Direito), estratégia competitiva (Administração) e coordenação de sistemas agroindustriais (Economia). Portanto, a revisão bibliográfica terá necessariamente que abordar teorias relacionadas às disciplinas mencionadas acima.

Uma revisão bibliográfica sobre propriedade intelectual abordará, primeiramente, a teoria econômica dos direitos de propriedade intelectual abordará, primeiramente, a teoria econômica dos direitos de propriedade, que constituirá a base pra reflexões acerca de propriedade intelectual e, mais especificamente, as denominações de origem controlada.

Os trabalhos de Michael Porter fornecerão subsídios para a discussão de aspectos relacionados a estratégias competitivas. A coordenação de cadeias produtivas do agribusiness será analisada sob a ótica da Teoria dos Custos de Transação (TCE), desenvolvida por Oliver Williamson (1985, op. cit.).

O PROBLEMA DE PESQUISA E SEU OBJETIVO

Dado que a coordenação é um conceito-chave em se tratando de cadeias produtivas do agribusiness (Farina e Zylbersztajn, 1993) e que o ambiente institucional importa (North, 1985), o problema a ser focalizado pela pesquisa é a análise da coordenação de um sistema agroindustrial que tem como produto final uma denominação de origem controlada (a ser posteriormente definido), inserido em um ambiente institucional que protege de maneira imperfeita a propriedade intelectual. Como pano de fundo dessa análise, o autor pretende também abordar uma cadeia produtiva de vinho francês, inserido em um contexto legal que salvaguarda os direitos de propriedade privados de denominações de origem controlada. A discussão de modelos de DOC existentes faz-se necessária para que o autor possa realizar comparações com o caso brasileiro.

Utilizando-se do aparato teórico proposto por Oliver Williamson (1985, op. cit.) será feita uma análise microanalítica do sistema agroindustrial em questão. Tal análise engloba todas as transações entre diferentes estágios produtivos necessários para que o produto chegue ao mercado. Ênfase será colocada no impacto do ambiente institucional sobre as relações entre os diversos atores que interagem no sistema.

Ademais, será estudada a influência do ambiente institucional sobre os atributos das transações, principalmente sobre a especificidade dos ativos, e como isso impacta sobre os custos de transação entre

os estágios produtivos ao longo das cadeias, em questão.

Ao final do trabalho, serão apontadas as formas de governança que prevalecem no sistema agroindustrial analisado, especificamente em que transações prevalecem a forma hierárquica, as formas híbridas ou via de mercado. Em última análise, será caracterizada a forma de coordenação do referido sistema.

Sendo assim, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar a influência do ambiente institucional, especificamente de uma lei para proteção de denominações de origem controlada, sobre a coordenação de sistemas agroindustriais.

Dado o problema de pesquisa e os objetivos delineados para esse projeto de pesquisa e a natureza do modelo teórico a ser utilizado empiricamente, a pesquisa será do tipo descritiva.

Mattar (1992) relata que as pesquisas conclusivas descritivas, ou simplesmente pesquisas descritivas, "*são caracterizadas por possuírem objetivos bem definidos, procedimentos formais, serem bem estruturadas e dirigidas para a solução de problemas ou avaliação de alternativas de cursos de ação*" (p.89). Acrescenta que a pesquisa descritiva serve aos seguintes propósitos:

- descrição das características de grupos;
- estimativas da proporção de elementos numa população específica que tenham determinadas características ou comportamentos;
- ou para verificação da existência de relação entre variáveis.

No caso da presente pesquisa, o propósito da pesquisa descritiva será verificar a existência da relação entre a coordenação de uma cadeia produtiva do agribusiness com o ambiente institucional em que está inserida.

As pesquisas descritivas assumem dois tipos básicos: levantamentos de campo e estudos de campo. Segundo Mattar (1992, op. cit.), a diferença básica entre eles está na maior amplitude e menor profundidade dos levantamentos de campo em relação aos estudos de campo. Dada a natureza do modelo teórico que será utilizado, o qual pressupõe um enfoque microanalítico e detalhamento das relações entre os agentes econômicos que atuam e transacionam em um contexto de cadeia produtiva, será realizado um estudo de campo.

De acordo com Mattar (1992, op. cit.), os estudos de campo devem ser utilizados quando o pesquisador está interessado em conhecer o inter-relacionamento entre variáveis de um fenômeno e quando for difícil entender o fenômeno sem entender esse inter-relacionamento.

Basicamente, é o que acontece no fenômeno estudado na presente pesquisa e o que se busca é um profundo conhecimento das relações entre as variáveis

identificadas na delimitação do problema de pesquisa. Será dada ênfase à busca do estabelecimento de relações entre variáveis, visando à resposta básica do problema de pesquisa, que gira em torno da influência do ambiente institucional sobre a coordenação de cadeias produtivas do agribusiness.

Outra característica da metodologia a ser empregada é o seu caráter ocasional, pois será utilizada uma amostra da população de interesse, cujos interesses serão medidos uma vez no tempo, visando a atender a um objetivo específico. A pesquisa ocasional, proporciona uma visão das variáveis em estudo em determinado momento.

Mattar (1992, op.cit.) também aborda outras limitações e desvantagens dos estudos de campo, as quais também se aplicam à presente pesquisa: somente é feita a investigação do fato após sua ocorrência (*ex post facto*) e, conseqüentemente, não são controladas as variáveis em estudo; além disso, os resultados da pesquisa não podem ser generalizados.

O autor tem clareza que está abrindo mão da amplitude para se ganhar em profundidade de análise. Outras limitações do estudo de campo, como a falta de controle sobre variáveis exógenas, a impossibilidade de se fazer um acompanhamento evolutivo do fenômeno pesquisado e a não generalização dos resultados, também são levados em consideração.

Em última análise, o que se pretende realizar nessa pesquisa é uma análise profunda do problema acima delimitado, através de um estudo de campo, mesmo incorrendo em limitações da metodologia. Dado o enfoque microanalítico do estudo, ele perde em amplitude e poder de generalização dos resultados, mas ganha em relação ao seu poder explicativo e profundidade.

Uma vez que não há a intenção de generalização dos resultados obtidos, a mostra será não probabilística. Segundo Mattar (1992, op. cit.), a amostragem não-probabilística é "*aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. Não há nenhuma chance conhecida de que um elemento qualquer da população venha a fazer parte da amostra*" (p. 282).

A amostragem não-probabilística será do tipo intencional. Uma vez identificadas as organizações e instituições que atuam na cadeia produtiva a ser pesquisada, serão escolhidos os elementos a serem incluídos na amostra, que deverá ser satisfatória em relação aos objetivos da pesquisa. Sendo assim, esta pesquisa não terá a pretensão de extrapolar conclusões para toda a população, não possibilitando assim validação externa dos resultados obtidos.

Este fato, no entanto, não elimina a possibilidade da obtenção de certas evidências, que poderão servir de subsídio para futuras pesquisas, que utilizando-se de amostras probabilísticas, terão maior amplitude e maior significância estatística.

Feita a amostragem, o instrumento de coleta de dados deverá ser desenvolvido sob a forma de um roteiro de entrevista em profundidade para que as entrevistas pessoais sejam realizadas. Todas as entrevistas serão feitas pelo próprio pesquisador junto aos especialistas da área de propriedade intelectual, organizações e instituições do sistema agroindustrial em análise. O procedimento de digitação e processamento dos dados levantados pelas entrevistas será realizado pelo próprio pesquisador.

RESULTADOS ESPERADOS

Esse estudo empírico, que aborda a influência do ambiente institucional, especificamente a presença ou não de uma legislação de proteção às denominações de origem controlada, sobre a coordenação de sistemas agroindustriais, deverá apontar que os custos de transação dependem sobremaneira das instituições presentes.

Espera-se que o sistema agroindustrial brasileiro analisado apresente formas de governança distintas daquelas observadas em sistemas agroindustriais de países que regulamentam as apelações de origem.

Em última análise, essa pesquisa deverá corroborar os estudos teóricos de Douglass North que apregoam que as instituições importam.

BIBLIOGRAFIA

- BAEUMER, L. 1991. "The International Protection of Geographical Indications". In: *Symposium on the International Protection of Geographical Indications*. Geneva: OMPI, pp. 22-38.
- BEST, M. 1990. *The New Competition*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 296 pp.
- FARINA, E. M. M. Q. e ZYLBERSZTAJN, D. 1993. *Competitividade e Organização das Cadeias Agroindustriais*, PENSA/FIA/FEA/USP, São Paulo, 62 pp.
- HOMEM DE MELLO, F. 1993. "O Futuro Agrícola Brasileiro: Desafios e Problemas". in: *Homem de Mello, F. (coord.) Fórum Cargill de Debates: O Futuro Agrícola Brasileiro*. Fundação Cargill, Campinas, pp. 15-30.

INSTITUT NATIONAL DES APPELLATIONS
D'ORIGINE (1990). *L'Appellation d'Origine
Contrôlée: Une Réussite Française*. Paris: Euro-
impressions, 182 pp.

MATTAR, F. N. 1992. *Pesquisa de Marketing:
Metodologia, Planejamento, Execução e Análise*.
Volume 1. São Paulo: Editora Atlas, 350 pp.

NORTH, D. C. 1985. "Transactions Costs and
Economic Growth". *Political Economic Working
Paper 103*, St. Louis, School of Business and
Center in Political Economy, Washington
University.

ORDOÑEZ, H. A. 1993. "Agribusiness e Mercosul:
Um Desafio Integrativo". In: *Programa de Estudos
dos Negócios do Sistema Agroindustrial
(PENSA/FIA/FEA/USP), Estudo Temático
ET.005.93*. São Paulo.